

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.530.765 - DF (2015/0093343-6)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **MARIA WILMA DE AZEVEDO SILVA MANSUR**
ADVOGADOS : **ULISSES RIEDEL DE RESENDE - DF000968**
 THAIS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA - DF020001
 JULIANA ALMEIDA BARROSO MORETI E OUTRO(S) - DF021249
RECORRIDO : **DISTRITO FEDERAL**
PROCURADOR : **ADEMIR MARCOS AFONSO E OUTRO(S) - DF013376**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Maria Wilma de Azevedo Silva Mansur, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado (e-STJ, fl. 313):

AGRAVO REGIMENTAL - ADMINISTRATIVO - AÇÃO ORDINÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DE QUINTOS - TRANSFERÊNCIA DE UMA ESFERA PARA OUTRA DA FEDERAÇÃO - AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO.

1. Não há direito adquirido à transposição dos quintos incorporados pelo servidor público anteriormente à sua transferência de uma esfera para outra da federação em razão de admissão em concurso público.
2, "O STF, reconhecendo a existência de repercussão geral acerca da matéria em questão, se pronunciou no sentido de que "as vantagens remuneratórias adquiridas no exercício de determinado cargo público não autoriza o seu titular, quando extinta a correspondente relação funcional, a transportá-las para o âmbito de outro cargo, pertencente a carreira e regime jurídico distintos" (RE 587371, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 14/11/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-122 DIVULG 23-06-2014 PUBLIC 24-06-2014) 2. Negou-se provimento ao agravo regimental.

Sustenta a recorrente violação dos arts. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil/1973; 6º, § 2º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; e 350 da Lei Orgânica do Distrito Federal; assim como de disposições contidas da Lei n. 9.527/1997.

Defende, em suma, o direito à transposição dos "quintos" incorporados à sua remuneração quando exerceu cargo no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios para a remuneração do cargo de Procuradora do Distrito Federal, haja vista que já configurava direito adquirido incorporado ao seu patrimônio jurídico.

Afirma que não havia disparidade entre o regime jurídico do Distrito Federal

Superior Tribunal de Justiça

e o estabelecido para a União, nos termos da Lei Distrital n. 197/1991. Desse modo, a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 587.371 não se aplicaria ao caso.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 370-372.

É o relatório.

Da análise do acórdão atacado, observa-se que os dispositivos apontados como violados não foram apreciados, ainda que de forma implícita, tampouco foram opostos embargos declaratórios com tal intuito.

Dessa forma, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o necessário e indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal com base no art. 105, III, "a", da Constituição.

Incide no caso, portanto, o disposto nos enunciados 282 e 356 das Súmulas do STF, a seguir transcritas:

Súmula 282: É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula 356: O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Sobre o tema, os seguintes precedentes jurisprudenciais das Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IPTU. DISPOSITIVO APONTADO COMO VIOLADO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. DISCUSSÃO ACERCA DA INCLUSÃO DA ÁREA COMO URBANIZÁVEL OU DE EXPANSÃO URBANA. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. O recurso especial não merece ser conhecido em relação a questão que não foi tratada no acórdão recorrido, sobre a qual nem sequer foram apresentados embargos de declaração, ante a ausência do indispensável prequestionamento (Súmulas 282 e 356 do STF, por analogia).

2. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno não provido.

(AgRg no AgRg no REsp 1.580.776/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/4/2016, DJe 3/5/2016)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PROGRESSÃO FUNCIONAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DO NECESSÁRIO PREQUESTIONAMENTO, O QUE FAZ INCIDIR O VETO

Superior Tribunal de Justiça

DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STJ. INVIABILIDADE DA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO LOCAL, SENDO APLICÁVEL O ÓBICE DA SÚMULA 280 DO STF.

1. Os temas referentes à violação dos arts. 1º do Decreto 20.910/32, 2º, § 1º da LICC e 4º da Lei 8.906/04 não foram debatidos pelo Tribunal de origem, que se limitou a debater acerca da progressão funcional, vertical e horizontal, dos Servidores da carreira de Magistério do Estado de Roraima. Carecem, portanto, de prequestionamento, requisito indispensável ao acesso às instâncias excepcionais. Aplicáveis, assim, as Súmulas 282 e 356 do STF.

[...]

4. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.261.496/RR, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 28/3/2016)

Ademais, observa-se que o acórdão recorrido está assentado em julgado do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida. Portanto, esta via especial não é a adequada para combater o fundamentos do acórdão recorrido, notadamente para averiguar a subsunção do caso à tese firmada pelo Pretório Excelso (Tema 473).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator